



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 23

Sessão Extraordinária Março

Sessão em 30/03/2015

Aos trinta dias do mês de Março do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Anabela de Almeida Saraiva, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou a vogal: Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, João Francisco Carvalho Sousa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Carlos Manuel da Silva Santos, Ivar Jorge Alves Corceiro, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo Costa e Veiga, Maria Leonor Nunes dos reis, Anabela de Almeida Saraiva, António dos Santos Costa, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, Maria Odete Gomes da Costa, João Carlos Bandeira Catarino, João Pedro Rodrigues dos Santos

Dias, Rita Alexandra Monteiro Batista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa propôs um *Voto de Congratulação*⁰⁰³ pela nomeação do deputado desta Assembleia Municipal, *Carlos Francisco da Cunha Picado*, como Director do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA-UA), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Março, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público - "Avenida Quinta do Cruzeiro - Canal de S. Roque - Construção da Avenida das Agrads do Norte - 1.ª fase, 2.ª fase e Construção da rotunda na Av. Força Aérea e ligação à Av. das Agrads do Norte (Ramais de ligação à A25)".

Ponto 2. - Reforma da Ação Social do Município de Aveiro:

- 2.1 - Diagnóstico Social 2014;**
- 2.2 - Plano de Desenvolvimento Social 2015-2017;**
- 2.3 - Plano de Ação 2015;**
- 2.4 - Apreciação e votação do Regulamento do Fundo de Apoio a Famílias;**
- 2.5 - Apreciação e votação do Regulamento da Habitação Social;**
- 2.6 - Regulamento Interno do CLASA.**

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

PONTO 1. - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público - "Avenida Quinta do Cruzeiro - Canal de S. Roque - Construção da Avenida das Agrads do Norte - 1.ª fase, 2.ª fase e Construção da rotunda na Av. Força Aérea e ligação à Av. das Agrads do Norte (Ramais de ligação à A25)".

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 18/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Sr. Presidente, muito obrigado. Este é o ponto da ordem de trabalhos que justificou, em primeira instância, a solicitação ao nosso Presidente para convocar esta reunião extraordinária, na medida em que temos muito pouco tempo e temos o tempo a lutar contra nós para terminarmos todos os processos em termos de execução de fundos comunitários do QREN e terminarmos aquilo que respeita à execução física, à execução financeira e à execução administrativa. Inacreditavelmente as notificações que recebemos há alguns meses, três meses, do MaisCentro, o nosso programa financiador principal, encontrámos esta situação absolutamente inadmissível, mas que existe, é a nossa, de termos várias obras

construídas, em funcionamento algumas delas, que não tiveram os procedimentos de licenciamento feitos.

Este é, para nós, um tempo de escolher o único caminho que temos para escolher. Quer dizer... não há escolha. Estamos a tratar de cada um dos processos para que o licenciamento seja feito sabendo que há uma pressão enorme do Quadro para fechar os processos e alguns dos procedimentos são mais complexos e mais demorados do que outros.

Temos por exemplo casos de desafetação da Reserva Agrícola que são processos mais simples do que este, que temos, entre outras condicionantes, a condicionante da Reserva Ecológica Nacional que exige esta deliberação de Reconhecimento de Interesse Público para que o processo siga a sua tramitação.

Houve um trabalho preparatório com as entidades com quem temos que gerir este processo para que tenhamos acolhimento de algo que é sempre complicado quer legalmente, quer politicamente que é, estarmos a licenciar obras feitas! Fizemos esse trabalho com as entidades para que tudo isso seja terminado. Este é um problema que preferíamos não ter. Dado que, neste caso específico desta obra e por força da ligação da Avenida das Agradas à A25, temos ainda outro tipo de problemas que ainda não estando resolvidos estão já em desenvolvimento as soluções que encontramos com o IMT e a ASCENDI, que vão permitir resolver esses outros problemas.

Aqui a matéria é mais complexa. Nomeadamente no procedimento administrativo e político que temos, dado que exige deliberação de Câmara Municipal, que já houve, e exige deliberação de Assembleia Municipal. Portanto com todos os pontos de interrogação que temos pela frente dado que, é bom lembrar, se não tratarmos desta matéria em tempo útil perdemos todo o cofinanciamento e ainda nos sujeitamos a multas e outro tipo de procedimentos. Entendemos que tínhamos que pôr esta matéria em tramitação urgente para que o uso do tempo seja o mais eficiente possível e tenhamos a obra licenciada para que não corramos o risco do financiamento mau grado outro tipo de riscos que possamos estar a correr, seja em termos institucionais, seja em termos pessoais para quem fez o que fez.

Neste momento estamos apenas preocupados com os riscos financeiros e, por isso, o trabalho que fizemos, deixando claro que esta matéria no que respeita a esta obra, no que respeita ao Centro Escolar de Verdemilho, no que respeita ao Parque dos Amores e no que respeita ao Parque da Baixa de Santo António, são os quatro processos que já estão cadastrados.

Há mais um que está já referenciado, com procedimentos de ajustamento, que é o CMIA. Faltava também esta maleita ao CMIA que é uma daquelas obras em que já tudo aconteceu nela. Surgiu-nos apenas da circunstância de termos recebido o ofício de check-up final do MaisCentro para fazer a verificação final dos procedimentos.

Não foi possível infelizmente neste ano e quatro meses, nos trabalhos de auditoria, cadastrar este problema. Quem nos cadastrou este problema foram os ofícios do MaisCentro que nos questionaram. Esta é a história.

De resto não é preciso explicar nada. Além do mais concordamos com a obra, achamos a obra útil, mas essa nem é a questão. É uma obra que está feita, teríamos mais um grave problema financeiro de ter que devolver financiamento, encontrando não sei onde, porque obviamente a abundância financeira no nosso Município é aquela que sabemos.

Portanto, de forma clara, apresentamos esta proposta para que o reconhecimento de interesse público para darmos seguimento à Avenida das Agradas.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [006](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Vereadores. Ex.mos Srs. Deputados e demais presentes. Uma breve intervenção apenas para situar algumas situações.

Em relação ao reconhecimento do interesse público desta ligação apenas dizer o seguinte. A título introdutório, no site da Câmara Municipal de Aveiro a última acta de reuniões de Câmara data do dia quatro de março e esta votação terá ocorrido no dia dezoito de março. Esta é uma crítica recorrente que nós vamos fazendo. Existe um espaçamento temporal entre a realização das reuniões, a realização das actas e a sua colocação administrativa para disponibilidade de todos. Não é um problema só deste Executivo, é verdade, mas nós já temos chamado a atenção e cremos que deve ser corrigida rapidamente.

Em relação ao tema em apreço, nós, da nossa parte, do PCP, consideramos que esta é uma ligação necessária, é uma ligação que defende os interesses da população do Concelho, em particular das populações daquela zona, da Vera Cruz e também de Esgueira. Há, de facto, um grande interesse público naquela ligação. Nós já há algum tempo a esta parte vínhamos criticando e chamando a atenção para a necessidade e urgência de terminar aquela obra que está à vista de todos, que está praticamente terminada e que faltariam alguns licenciamentos e algumas formalidades legais e administrativas. Nós, da nossa parte, não iremos obstaculizar a que rapidamente se faça este reconhecimento de interesse público de forma a servir os interesses das populações.”

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[007](#)

“Relativamente a este primeiro ponto agendado para esta sessão extraordinária a posição do Bloco e refletindo o seu enquadramento é que a figura do Interesse Público teria que ser solicitada aquando da impossibilidade por outra via e que permita o desbloqueamento sem que uma das partes fique notoriamente fragilizada. Nem sempre nesta Assembleia se optou por esta figura da forma mais precisa optando-se por os interesses do privado em detrimento do público. Relembremos a diversidade de vezes no passado e que com os apoios do PSD e do CDS recorreu sistematicamente a este expediente sem qualquer interesse público.

Apesar do reconhecimento de que a obra é pública, e para servir a população, lamentamos que não tenha sido outras opções no passado que permitissem estudar alternativas ao presente traçado que se pudessem da melhor forma salvaguardar a reserva ecológica nacional.

A presente opção de construir mais esta ligação rodoviária (que não contestamos) contrasta com a vontade de entregar a privados os transportes coletivos. Autor que elege como prioridade para a sua ação o investimento e a promoção do transporte individual em detrimento coletivo e público.

O Bloco de Esquerda reafirma a importância da Reserva Ecológica Nacional. Consideramos que o presente pedido de declaração de interesse público é bastante diferente de muitos que foram aprovados nesta Assembleia. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[008](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Como já foi dito esta é uma obra de relevante interesse para o Município, sobretudo para a parte norte da cidade e também do centro, descongestiona o centro, como muito bem vem na apresentação do problema à Câmara pelo Sr. Presidente. E tanto é importante que nós desde, não digo há dezanove meses, mas daí há dezoito, a segunda Assembleia que se realizou, vimos instando o Sr. Presidente e a sua capacidade política para resolver aquele problema. Já era uma obra feita e nós nunca mais víamos o fim. Eu até dizia porque é que não manda tirar os mecos. Daí que estejamos com este processo, com a solução dele, o mais possível. Também aceitamos que quando se abriu aquela artéria se tivesse em consideração que aquilo era alvo da previsão da proteção da REN. Mas temos que temperar tudo isto. Digamos que terá havido uma falha humana no

passado, sim. Mas os técnicos que informam agora o processo são os mesmos que informaram ao tempo. Isto não foi obra de presidentes, nem de vereadores. Naturalmente que os presidentes e os vereadores têm a responsabilidade política, mas não de confiar nos técnicos que têm. Se fosse agora presidente o que foi outrora, provavelmente, teria ido questionar os técnicos. Mas não só os técnicos porque agora passemos à parte política do marco eleitoral para cá, isto é, diretamente ao actual Executivo.

Nós quando questionávamos o Sr. Presidente, o Sr. Presidente ia-nos dizendo que faltava aqui um parecer do Instituto das Estradas de Portugal, o parecer do outro, que já estiveram de acordo, e tal, e o Sr. Presidente ia dizendo que está tudo bem. E nós íamos ficando convencidos, naturalmente convencidos, que a veracidade do Sr. Presidente se ajustava ao empenho que ia tendo no assunto. Que estava o assunto para ser tratado, que iria sendo tratado... Portanto, a nossa grande questão, agora, é saber porque é que em dezoito meses este Executivo e o Sr. Presidente não se deram conta desta falha que realmente existe na REN. Esta é a questão que eu ponho ao Sr. Presidente. Porque é que foram precisos dezoito meses e foi preciso o alerta de uma entidade estranha em resolver o problema. Eu lembro que aquela obra ficou feita e passados poucos meses, ligeiros meses, um período relativamente curto, não sei até se foram meses, o Executivo anterior foi derrotado nas eleições e veio outro. Provavelmente, o Executivo anterior teria há muito este problema resolvido. Era de prever isto. Manda a racionalidade e a lógica. Já teria chegado à conclusão que haveria ali uma falha e já a teria remediado. A questão é: porquê? Porquê? A incúria deste Executivo em ter resolvido este problema só ao cabo de dezanove meses de mandato. Descontando dois para tratar do assunto, dois para se inteirar do problema e dois para o resolver. Esta é que é a questão que eu deixo aqui colocada.

Como ainda tenho algum tempo, eu gostaria de aproveitar o tempo para fazer uma referência ao segundo ponto e à Mesa. Para não estar depois a retirar tempo. O segundo ponto tem seis pontos com coisas de absoluto interesse para a cidade. Nós achamos mal que os temas a tratar no segundo ponto, dois regulamentos, a apresentação de um diagnóstico, um estudo com cento e noventa e oito páginas, para ser comentado aqui, com o tempo disponível de algumas bancadas, seja discutido apenas de uma só vez.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁹

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁰

“Boa noite, Sr. Presidente. Muito rapidamente. O Partido Socialista não obstaculizará como é óbvio a proposta do Sr. Presidente, matéria que hoje nos traz sobre o primeiro ponto, mas não pode deixar de denunciar a displicência, para sermos comedidos, para não irmos pela grave negligência, na forma como esta obra foi executada, segundo consta na informação, noventa e oito vírgula qualquer coisa está obviamente concluída.

O Sr. Presidente já aludiu que há consequências, inclusive de natureza pessoal que órgãos próprios não deixarão de apurar, mas nós não podemos deixar de enfatizar que o desrespeito pelos instrumentos de gestão territorial, que aliás a comunicação é iniciada precisamente pelo apontamento do incumprimento da intervenção dos instrumentos de gestão territorial em vigor, suscita-me uma questão que foi já abordada e que é constar da informação que os próprios serviços dizem que a Câmara deveria ter acautelado previamente parecer de entidade externa.

De facto, a questão suscitada de que os serviços alertam agora para algo que supostamente deveriam ter alertado antes, é uma questão que convirá esclarecer. Até porque é relevante para efeitos de imputação de responsabilidades. Ou seja, se houve omissão desta informação seria grave ou houve desrespeito pela informação similar e mais grave seria.

O PS não irá votar contra, mas como o Sr. Presidente bem referiu isto trata-se de uma questão de irresponsabilidade/responsabilidade e nós entendemos, até porque a nossa votação aqui não é determinante para aprovação desta proposta, é que as forças que sustentaram politicamente a obra que foi feita nestes termos, assumam a responsabilidade de sanar as suas irregularidades.

Portanto com esta denúncia ou com esta ênfase no modo irresponsável ou, melhor dito, displicente com que a obra foi realizada, que nos põe à mercê de entidades terceiras, o que em tese pode dar lugar a recusa, ou pode ser recusado o contributo, demonstrando-se deste modo que seria gravemente lesivo para o interesse público e para o erário público.

E já agora uma questão, diria, de natureza técnica. Não sendo a minha expertise não quero tecer grandes considerandos sobre eles, mas não posso deixar de reparar que sendo certo que a saída na mão não me oferece reservas de maior, aparentemente, atendendo ao traçado e ao troço onde se insere a entrada na mão, parece-me que serão necessárias algumas obras que não estarão ainda realizadas. Importa acautelar que se possa tornar num ponto negro em termos de segurança rodoviária, e já que temos evoluído tanto podemos dispensar contributos que possam pôr em causa essa segurança.

Com isto terminava, esperando os esclarecimentos que solicitei ao Sr. Presidente e anunciava o sentido da nossa votação.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Obrigada Senhor Presidente. Um cumprimento a todos. Em primeiro lugar congratular-me pelo facto de começar a ver uma luz ao fundo do túnel – eu diria mesmo que já é quase um semáforo. E portanto ver que até que enfim esta obra vai ser concluída e que este executivo deu a devida importância àquela obra porque ela é de facto de relevante interesse para a freguesia de Esgueira. Toda aquela zona, nomeadamente a Avenida das Agras do Norte, porque ela de facto neste momento uma via de acesso à freguesia. De acesso e também de saída. Portanto congratular-me e manifestar aqui já a minha disponibilidade para aquilo que for necessário. Esgueira está a necessitar desta obra e Aveiro, mas tem ali de facto uma obra inacabada que é urgente terminar.

Já agora, e penso que é a nível técnico, também a Avenida da Quinta do Cruzeiro está nas imediações das Agras do Norte e também venho aqui manifestar a minha satisfação por este executivo ter essa preocupação. Ainda na semana que passou eu tive oportunidade em conjunto com uma técnica da Câmara visitarmos a Quinta e de facto esta urbanização que tem imensa gente a morar, que comprou e paga o seu IMI, necessita de facto de infraestruturas que lhes foram prometidas aquando da compra dos seus imóveis e que quando passados oito anos, quase uma década, não estão sequer iniciados.

Estamos a falar de algo muito grave, de pessoas que vivem na cidade e que de facto quando chove é muitas das vezes a Junta de Freguesia que tem de ir lá resolver o problema porque lhes foi ali prometida uma estrada com infraestruturas e não as têm.

Dar só esta nota e dizer aqui que é com muito agrado que vi este ponto nesta Assembleia e dar os parabéns ao executivo porque de facto conseguiu num ano resolver o problema que outros andaram alguns anos e não conseguiram. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Paulo Marques (CDS)[012](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Sr. Presidente. Muito rapidamente. Primeiro para concordar com o Sr. Deputado Paulo Marques que o assunto nem sequer devia ter aqui vindo. Segundo, congratular-me pelo facto de tendo-se verificado que não existem condições para deixar de vir, este Executivo ter tomado o assunto em mãos e o ter resolvido. Terceiro, repetir aquilo que já aqui foi dito várias vezes, que as relações entre a maioria desta câmara e o anterior Presidente da Câmara foram clarificadas a seu tempo e foram julgadas pela opinião pública aveirense e pelos eleitores aveirenses. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[014](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. Filipe Guerra só dar nota que a acta da reunião do dia dezoito de março só será aprovada na reunião de Câmara do dia trinta e um de março. Nunca publicamos as actas sem a aprovação do Executivo. É esse o procedimento que temos adotado e que vamos continuar a adotar.

Em relação ao António Neto, enfim, reconhecer o esforço mas comparar o que está aqui em causa com o modelo de gestão da MoveAveiro é, mais ou menos, comparar os alhos com os bugalhos. É um exercício que eu acho divertido, até porque estamos na altura da Feira de Março e há aquela coisa do canguru, da malta andar aí aos trambolhões, mas em termos de utilidade política e objetiva para a matéria é absolutamente nula; não interessa nada.

Dr. Jorge Nascimento. Eu acho que é preciso ter vergonha ou não ter vergonha para fazer a intervenção que o Sr. fez. E eu começo a ter dúvidas nas suas intervenções se, de facto, há mesmo um problema de vergonha, de seriedade, ou, de facto, o Sr. vem para aqui procurar divertir-se com a construção de uma realidade que não existe. Não é que eu vá perder tempo a especular à volta disso, porque, sinceramente, não vou. Mas, Sr. Dr., é, de facto, uma vergonha o que o Sr. disse. Sempre que eu falei e falarei sobre as matérias da Câmara é com verdade. Se alguma vez algo não disser num determinado tempo é por questões de estratégia e de proteção da idoneidade desta instituição que o movimento a que V. Exa. pertence prejudicou demais quando os seus camaradas de bancada lideraram este Município. Portanto, temos que resolver os problemas. Não tenha dúvidas... disse aqui quando discutimos a auditoria que já temos os problemas todos em cima da mesa e que não vêm mais surpresas? Não, não disse isso. Disse sempre o contrário. Temos a noção que achamos que a esmagadora maioria das questões estão em cima da mesa, mas haverá algumas, ainda falaremos aqui disso um dia destes, questões inacreditáveis e que descobrimos agora, a fechar as contas todas por causa do Programa de Ajustamento Municipal.

E algumas, Dr. Filipe Neto Brandão, vêm do tempo da outra senhora ou do outro senhor. Se nós nos começássemos, todos, a abster por questões de responsabilidade tínhamos aqui um problema, íamos andar todos nas abstenções. E veja como é que se governaria o Município com abstenções. Obviamente que não seria possível se nós, agora, nos abstivéssemos. E o passivo que o Partido Socialista deixou na governação desta Câmara é um passivo muito pesado. Eu diria, em muitas matérias, é mais do que pesado, é penoso.

V. Exas. façam lá o que quiserem ao vosso voto mas estamos aqui para resolver problemas e quem se quiser abster, compreendo, estamos na Quaresma e o Pilatos também lavou as mãos, mas, de facto, não contribui para a resolução dos problemas graves que temos. Temos aqui um RIP e temos que decidir se esta matéria é passível de reconhecimento de interesse público ou não é passível. Abster é um acto que fica com aqueles que se vão escondendo na abstenção para tentarem deixar na auréola da gestão política que, de facto, têm as mãos limpas mas, de facto, não têm, como é bem sabido de nós todos e dos nossos concidadãos.

Dr. Jorge Nascimento, além de se ter enganado nos números, o que é normal em si, não passaram dezanove meses, passaram dezassete meses. Mas é normal em si, a sua falta de jeito para os números é uma evidência absoluta. Dizer-lhe que vir para aqui usar palavras como incúria do actual Executivo é, de facto, de quem não tem uma atitude política minimamente séria para tratar as matérias. Está resolvida, está cadastrada esta situação por mérito de uma instituição que nos é externa e estamos a resolver um problema, espero que consigamos resolvê-lo e livrar algumas pessoas de responsabilidade civil e criminal que podiam ter por força desta matéria. V. Exa. sabe disso melhor do que eu porque é da sua área profissional.

Há uma nota que é importante lembrar, quer ao Dr. Jorge Nascimento, quer ao Dr. Filipe Neto Brandão: como é que os técnicos deixaram passar isto? O que se passava na nossa Câmara até à última estrutura orgânica, que está em vigor desde o dia um de maio de dois mil e catorze, era a mais completa bagunçada técnica. Era a estratégia à José Esteves, o outro comentador que o Herman José criou, e que era tudo ao monte e nem havia fé em Deus, neste caso. Era jogar à bola mesmo ao monte sem fé em Deus. Os técnicos são os mesmos, nós não mudámos técnicos. A questão é que o granel era o elemento de estratégia para o gerir. Qualquer dia vem aqui uma coisa importantíssima à nossa Assembleia Municipal, aprovado rapidamente para não perdermos um investimento 'importantíssimo' para o nosso Município. Com quem é que eu hoje falo na Câmara sobre aquele Plano de Pormenor? Com ninguém. É inacreditável, não é? A gente da gestão urbanística não foi tida nem achada e vejam lá como é que uma Câmara, a malta do planeamento não foi tida nem achada. Portanto, a nossa Câmara foi, como organização, na gestão das suas competências técnicas e que são as mesmas, gerida na mais inadmissível bagunçada; estratégia de tudo ao monte sem fé em Deus.

Mas mais. Um presidente de câmara que leva uma obra para abrir concurso público, que uns meses depois a leva outra vez para a adjudicar, e que quando leva esse dossier à reunião de câmara, o presidente de câmara, que é quem despacha os dossiers à câmara, não sabe que aquela obra está em grave incumprimento com os instrumentos de planeamento, olhem... nunca deveria ter sido Presidente da Câmara. Porque não sabe o 'a e i o u'!? Nós não estamos a falar de matéria tecnicamente complexa. Estamos a falar do 'a e i o u' da gestão autárquica. Podem ter a certeza absoluta que os dossiers que eu despachar à Câmara para lançar um concurso de uma obra para a adjudicar uns meses mais tarde, eu tenho a certeza absoluta que estão cumpridos os instrumentos de planeamento em vigor, porque isso é, repito, o 'a e i o u' da gestão autárquica.

A bagunçada mais a incompetência de quem geriu, foi responsável por esta situação que agora corrigimos. Que agora, com esta peça, contribuámos para corrigir. Esperemos que tudo acabe bem. Estamos a trabalhar, a dar o máximo, para que tudo acabe bem com o licenciamento desta matéria.

Dr. Filipe Brandão, já cá falámos também, quanto à questão do funcionamento da entrada e da saída. Sabemos que há um constrangimento na dimensão da chamada faixa de aceleração que o Sr. Dr. chamou de entrada, mas temos a convicção de que as medidas que vão ser tomadas em termos de sinalética serão suficientes para que os índices de segurança estejam devidamente acautelados.

Aliás, essa era uma das questões que tínhamos em litigância técnica com a ASCENDI e com o IMT e já está resolvida toda a questão da sinalética para que a gestão de quem entra e de quem sai e de quem passa por aquele acesso tenha os mais elevados índices de segurança possíveis procurando que no processo de monitorização venham a confirmar isto que agora estamos a referenciar.

À Presidente Ângela, ao Paulo Marques e ao Prof. Henrique Diz, agradecer as notas com esta certeza absoluta de que este é um processo que nos permite ter uma noção de como é que

estas matérias foram geridas e uma certeza absoluta de que são exemplos que não repetiremos na gestão do nosso Município até ao final de dois mil e dezassete.”

Presidente da Mesa:

Só para informar que momentaneamente os trabalhos estão sem gravação em tempo real e que iremos prosseguir com a gravação de suporte base até os serviços resolverem.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁽⁴⁰⁾

“O Senhor Presidente fique ciente de uma coisa, não por o Senhor Presidente qualificar as minhas intervenções (que até lhe fica mal) o debate é para debater ideias não é para debater intervenções e fazer atributos pessoais. Mas não é por esse facto que o senhor me vai calar. Nem por ter mais tempo que os seus argumentos são mais válidos. Eu respondo-lhe: - vergonhosa considero eu a intervenção que o senhor Presidente teve em relação a mim!?

Se V. Exa diz da anterior gestão, que isto é para livrar a anterior gestão da responsabilidade civil e criminal, eu ao que me é dado saber, não é ao anterior gestor que esteve no seu lugar que anda com responsabilidade civil e criminal. É V.Exa que ainda há dias o vi sentado no banco dos réus aqui no Tribunal de Aveiro!?

É verdade isto. E nunca vi o anterior lá sentado. Portanto V.Exa tenha comedimento daquilo que diz e não diga coisas que a certa altura se viram contra si...”

Presidente da Mesa:

“O Senhor Doutor, o Senhor está a defender a sua honra ou atacar a honra de terceiro?”

Vogal Jorge Nascimento:

“Estou a defender a minha honra senhor Presidente. Estou a dizer a este plenário que a pessoa que assim me ataca não deve ter a credibilidade que se imagina!? Por que quando ataca assim deve ter a ideia do que fala, como fala, e do que é que pode atribuir a si próprio nestas situações, não é.

V. Exa está preocupado com os números. Não sei se já sabe que eu mandei para os jornais um artigo agora sobre os números, porventura já terá conhecimento deles, não é? Se calhar está a aludir a isso. Espero que os jornais façam a publicação do que eu disse.

Quanto a causar prejuízo às autarquias também V. Exa não está imune. V. Exa olhe para Ílhavo e veja o que aconteceu ao problema da Biblioteca e aos danos que tem causado à câmara de Ílhavo!?

Portanto V. Exa não atire coisas ao ar porque muitas viram-se contra si. E sublinho: - Vossa Exa. não procure com intervenções do género porque tem tempo para falar e eu não tenho pouco infelizmente porque o regimento não no dá. V. Exa não abuse disso porque isso será abusivo da sua parte estar por aqui a verberar ideias para lançá-las na opinião pública quando está a contender com outrem a quem o regimento dá uns escassos minutos. V.Exa se quiser venha escrever isso nos jornais que eu escrevo lá também Senhor Presidente. Muito Obrigado.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁽⁴⁴⁾

“Senhor Presidente, pedi a palavra para expressar o veemente repúdio pelo teor da intervenção do Senhor Presidente da Câmara — aliás, com alguma perplexidade da minha parte, eu estou em crer que o Senhor Presidente da Câmara não se apercebeu da ressonância da expressão que utilizou!? Aliás, apelava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal na condução dos trabalhos, porque quando o Senhor Presidente da Câmara utiliza a expressão “mãos-limpas” não pode ignorar a ressonância que tem essa expressão.

Eu estou em crer que não lhe passou pela cabeça sequer essa alusão. Mas não posso, obviamente, a partir do momento em que foi empregue, deixar de repudiar veementemente essa utilização. Porque da parte da bancada do Partido Socialista tenho a certeza que não há ninguém nesta bancada que não tenha as “mãos-limpas”.

Se Vexa. tiver alguma alusão a fazer pode fazê-lo de modo assertivo e assumindo a responsabilidade do seu ato.

Porque, quanto à gestão política, obviamente que a responsabilidade da gestão política imputa àqueles que se candidataram para gerir a coisa pública e assumem as suas consequências.

Portanto do mesmo modo que quem geriu de modo censurável este dossier obviamente que a opção para solução que é apresentada imputa ao órgão executivo — que aliás em termos legais é o autor da proposta. E portanto, Senhor Presidente, todos nós usamos da palavra muitas das vezes arriscando a ter lapsos de linguagem, mas obviamente não posso deixar de denunciar e repudiar esse tipo de afirmação sob pena de se tornar insustentável o convívio democrático nesta Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal António Neto (BE):⁽⁴⁹⁾

“Eu queria só um esclarecimento à Mesa. Eu ainda tenho algum tempo para falar? Sim. Era relativamente à intervenção do Senhor Presidente. Talvez por ser a primeira vez que venho aqui a esta Assembleia, entendo que talvez o tipo de respostas não são a melhor maneira de responder às questões políticas que aqui se apresentam.

Este órgão é fiscalizador e na minha intervenção realcei e continuo a realçar que estas bancadas aqui presentes com estas pessoas são representantes dos mesmos partidos que apoiaram o antigo executivo e tem responsabilidades políticas e eventualmente para a falar de fiscalização que incorreram com o anterior executivo. E agora continuam a ter a mesma responsabilidade. PSD e CDS continuam a ter a mesma responsabilidade hoje e ontem! Não é por termos novo executivo que deixaram de ter responsabilidades do passado. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁽⁵¹⁾

“Dr. Nascimento muito obrigado pela sua intervenção porque não é preciso dizer nada. Ela própria dá-me a razão que eu queria ter.

Nós estamos a falar do RIP (reconhecimento de interesse público) de uma construção clandestina e que usou dinheiros públicos e fundos comunitários e V. Exa vem falar de um processo em que eu sou arguido e dum tal artigo seu do IMI que eu ainda não li e dum processo da Biblioteca de Ílhavo!? Portanto veja lá a qualidade dos seus argumentos para me dar razão.

Portanto, registo e agradeço a forma como defendeu a minha honra na matéria que está aqui em apreço, porque a outra honra eu não a preciso de defender porque V. Exa não tem condição de me atacar.

Portanto agradeço muito a sua intervenção porque foi absolutamente clara nos argumentos que não existem para por em causa aquilo que eu disse e que V. Exa acabou por com a brandura da sua intervenção confirmar aquilo tudo que eu tinha dito. E agradeço porque foi muito claro falando de matérias que não tem nada a ver sobre isto e obviamente não lhe vou dar o gosto de falar sobre elas porque a matéria que nos traz aqui é outra.

E faça Vossa Exa. os artigos nos jornais que quiser, eu por mim vou seguir o meu trabalho político por outra via e não nos encontraremos nesse espaço a comentar os seus artigos ou a escrever artigos para lhe responder. Era o que mais faltava senhor doutor.

Dr. Filipe Brandão, enfim, eu julgo que a intervenção de V. Exa é só para deixar claro aquilo que sabe!? A minha expressão é uma expressão que usei, que repito. Não tenho dessa expressão apenas aquela coisa que percebi que foi para ai que levou de que quem tem as mãos sujas é corrupto, quem tem mãos limpas não é. Não tem nada a ver com isso. Estava a falar da responsabilidade sobre as matérias.

E pegando no seu exemplo que aqui a bancada da maioria tinha não sei o quê porque era responsável por isto. Enfim, sabe bem o que é que eu penso. Aliás o meu antecessor Alberto Souto tem sido um antecessor com quem tenho conversado bastante com grande lealdade e elevação na relação que deve ser a dum Presidente de Câmara em exercício e de um antecessor e, portanto, as matérias sobre isto estão absolutamente tratadas e portanto qualquer mal-entendido de alguma frase minha, enfim, que seja arquivado porque essas matérias trato-as sempre com clareza no sítio próprio com as pessoas em causa. Portanto não houve qualquer outra intenção que não a intenção de dizer que o Partido Socialista não pode abandonar a sua responsabilidade, não pode lavar as mãos como Pilatos, no sentido de deixar de lado a sua responsabilidade que tem porque também governou este município e também contribuo bastante para a situação grave em que estamos.

António Neto. Enfim, é evidente que eu peço desculpa por alguma resposta menos cuidada, mas como disse é a primeira vez que cá vem. Embora o Bloco de Esquerda vai-nos fazendo isto, julgo que já será o quinto ou sexto colega que vem trabalhar connosco, com muito gosto, obviamente isso depende do critério do Bloco, apenas há vivências que já fomos cá tendo e não podemos estar sempre a repetir a cada reunião quando vem um colega novo. Isto para lhe dizer que já tratamos dessa matéria. Quer dizer o Bloco tem muito essa visão da responsabilidade dos Partidos e da dimensão ditatorial dos Partidos. Nós somos mais humanistas e levamos a responsabilidade política da responsabilidade das pessoas. É a nossa opção política. E quando os cidadãos tratam a matéria com a clareza com que trataram na última eleição legislativa de setembro de 2013, está tudo tratado. Mas já falámos aqui bastante disso. Apenas aqui esta nota sumária, embora com todo o gosto, sem cansar os outros, podemos conversar sobre isso, mas essa matéria está tratada. Nós aqui tratamos de responsabilidades das pessoas que com toda a clareza do mundo abriram um caminho novo sabendo que os Partidos Políticos que suportam esta maioria mudaram de caminho. E essa mudança foi feita por si livremente e validada por quem manda. E quem manda são de facto os nossos concidadãos. Obrigado.”

Esclarecida a figura da proposta do executivo para votação, o Presidente da Mesa, colocou à votação o ponto 1. - Apreciação e votação do Reconhecimento do Interesse Público - "Avenida Quinta do Cruzeiro - Canal de S. Roque - Construção da Avenida das Agrads do Norte - 1.ª fase, 2.ª fase e Construção da rotunda na Av. Força Aérea e ligação à Av. das Agrads do Norte (Ramais de ligação à A25)", sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA4), nove abstenções (PS7+BE1+PCP1) e zero votos contra.

Seguiu-se a declaração de voto:

Presidente da Mesa:

“Por uma questão de clareza política eu devo dizer que estive até esta sessão inclinado a não votar favoravelmente a proposta do executivo. Mas como em política tudo o que parece é — e para que não houvesse leituras desajustadas decidi acompanhar a maioria.

Mas devo dizer que me envergonha bastante ser residente num concelho onde se passou um processo como estes, que com exceção de Mafra, onde o grande autarca do meu Partido Ministro dos Santos fez a maior aberração que eu já vi na rede viária ao longo dos últimos

cinquenta anos. É o processo mais grave que eu conheço. E eu conheço muito bem a rede de autoestradas de Norte a Sul do país. Esperemos que de facto as autoridades mitiguem potenciais riscos – eu não estou absolutamente convencido, mas também não sou engenheiro, nem especialista em tráfego.

Mas devo dizer que é algo que como Aveirense me envergonha. E foi apenas para não haver interpretações políticas erradas que eu desta vez acompanhei o executivo. Mas se tal não fosse o caso, enfim, foi com alguma dificuldade pela razão que expus.”

Presidente da Mesa

PONTO 2. - REFORMA DA AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE AVEIRO:

- 2.1 - Diagnóstico Social 2014;**
- 2.2 - Plano de Desenvolvimento Social 2015-2017;**
- 2.3 - Plano de Ação 2015;**
- 2.4 - Apreciação e votação do Regulamento do Fundo de Apoio a Famílias;**
- 2.5 - Apreciação e votação do Regulamento da Habitação Social;**
- 2.6 - Regulamento Interno do CLASA.**

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 18/03/2015, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^(5:30)

“Obrigado Senhor Presidente. De uma forma muito sumária este é o conjunto de documentos que compõem a aquilo a que chamamos a “Reforma da Ação Social”. Foi um trabalho que desenvolvemos, enfim, ao longo de muitos meses, que o apresentámos aqui mesmo nesta sala aos nossos parceiros da ação social desafiando-os a refletirem sobre isto e a darem contributos. E depois à frente tivemos todo o trabalho de montar os documentos, todos eles, como não pode deixar de ser. De diagnóstico, de ação mais estratégica, de ação mais pormenorizada, anuais, e o próprio regulamento que introduziu alguns ajustamentos, não foi nenhuma revolução regulamentar profunda do próprio conselho local de ação social e os dois instrumentos regulamentares novos. Aquele que regulamentará o uso do mesmo fundo de apoio às famílias que decidimos criar para complementar outros mecanismos que temos para apoiar os nossos concidadãos que mais necessitam, que têm carências, e o regulamento da habitação social que precisamos muito dele fazendo a introdução da nova legislação que recentemente entrou em vigor. E temos aqui o conjunto dos documentos principais para esta reforma. Temos aqui documentos regulamentares para gerirmos bem. Não é termos bons regulamentos que garante isso, mas ter bons regulamentos é fundamental para termos boa gestão.

Na habitação social temos um passivo muito complicado para gerir, mas obviamente temos uma grande determinação para termos essa gestão com qualidade com base no quadro legal (repito) novo que está em vigor. E preparando também uma das peças que será muito importante quer em termos sociais, quer em termos físicos dos nosso bairros sociais, pelo menos dos principais, utilizando as novas ferramentas de apoio financeiro que teremos no quadro do Portugal 2020 e daquilo que agora se chama as políticas de desenvolvimento

urbano, que têm alguns programas dirigidos especificamente, para as chamadas comunidades social e economicamente fragilizadas, que em regra querem dizer as nossas populações que vivem em bairros sociais. E portanto este é um instrumento muito importante. Como muito importante é também o novo instrumento, que lhe chamámos assim, que é basicamente um fundo de apoio social complementar a outros mecanismos de apoio que existem para ser gerido nesse quadro de complementaridade, como mais um instrumento da nossa rede social, entrando a Câmara com um regulamento e com uma dotação financeira que além do mais já o temos no documento de gestão que estamos a executar, e por essa via termos um conjunto de abordagens novas, assente no profundo conhecimento da realidade, e planos de ação estratégicos de pormenor e numa estrutura regulamentar que nos permita passar à fase de execução numa lógica de que assenta no fortalecimento da nossa rede social, do nosso Conselho Local de Ação Social. Nesta como em tantas, mas esta área em especial vive muito da interação da rede e do somatório de capacidades e competências que os parceiros da rede têm, sejam eles do sector público, sejam eles do privado.

E portanto esta proposta de reforma teve então este processo de construção, com grande profundidade, com grande participação dos nossos parceiros, é bom que o digamos perante a Assembleia, já o fizemos noutros fóruns, o agradecimento de todos, esse envolvimento e obviamente é um bom ponto de partida para agora crescermos qualitativamente nesse fortalecimento da rede para que tenhamos mais capacidade de executar bem e de utilizar os vários instrumentos que vão estar ao nosso dispor no quadro do Portugal 2020. Que são muitos, diversos, com alguma complexidade para os manusearmos, mas obviamente aí estaremos a estudar, a fazer o trabalho de preparação para depois podermos executar o melhor possível.

É neste quadro que preparação e num tempo que esta preparação está bem colocada para ser um instrumento para este espaço de conquista primeiro e de execução a seguir, das oportunidades de programas de dimensão material e de dimensão imaterial, nesta área tão importante que nós apresentamos à Assembleia esta nossa proposta, sabendo que naturalmente alguns documentos são para mera tomada de conhecimento e os dois regulamentos que têm essa necessidade formal e política obviamente de terem o devido debate e a devida aprovação da Assembleia Municipal.

Quer eu quer os vereadores mais envolvidos nesta matéria o vereador Jorge Campino e a vereadora Raquel Madureira estamos obviamente ao dispor para alguma questão que a Assembleia queira colocar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:²⁰¹

“Antes de mais um ponto prévio. Eu creio que não é correto quer do ponto de vista político como do ponto de vista administrativo, tantos pontos dentro duma só discussão e para mais com dois regulamentos. Isto merecia a distinção entre um e outro de forma clara e não podemos deixar de relevar isto uma vez que o atual regimento da Assembleia Municipal coartou substancialmente aquilo que é o poder de intervenção das forças minoritárias.

Em relação a este ponto dois eu começaria por dizer que em relação aos documentos de diagnóstico eles têm uma perspectiva inicial que é a muito reduzida participação dos parceiros que compõem o Conselho Local de Ação Social.

Sobre os pontos 2.1,2.2, e 2.3 cumpre dizer que estes documentos estão globalmente bem elaborados. Mas ainda em relação a estes pontos duas notas: qual a política social para os idosos do concelho que não podem suportar os encargos atualmente existentes e dos lares que cobram cerca de oitocentos, mil euros, para cima, sendo até que há uma manifesta insuficiência na oferta. Claro que a culpa não é da Câmara Municipal de Aveiro os cortes

das pensões, o aumento da carestia de vida da população, mas que políticas sociais para esta camada social?

Ainda sobre isto, prende-se com os cidadãos portadores deficiências. Pois deparamo-nos com uma incoerência entre aquilo que são as propostas com as propostas dos documentos com aquilo que tem sido as obras levadas a cabo em muitos pontos da cidade por parte da câmara municipal de Aveiro que não prevê o facilitar de mobilidade aos cidadãos portadores de deficiência. Basta olhar aquilo que se está a passar junto da Calouste Gulbenkian.

Em relação ao regulamento de apoio as famílias. O seu artigo 7.º inclui os residentes em Bairros Sociais ou se faz uma exclusão destes cidadãos? Ainda neste regulamento artigo 10.º a atribuição deve ser feita, passo a citar: “em articulação com as instituições da rede social concelhia”. Cumpre da nossa parte perguntar quais são estas instituições que passam a ter uma palavra a dizer na atribuição destes apoios?

Em relação ao regulamento municipal de habitação social. Nós da nossa parte encontramos logo uma contradição política forte entre aquilo que é o epígrafe do documento, em que numa parte se considera que o arrendatário não deve ser senhorio ou seja não deve ser futuramente proprietário na medida em que a habitação social deve servir quem dela precisa. Portanto numa perspectiva de que hoje está numa habitação social num futuro melhor sai-se para dar lugar a outro. Mas por outro lado o mesmo documento refere as vantagens da compra da habitação social por parte dos arrendatários numa perspectiva de ancorar as pessoas aquele meio e assim desonerar os entes públicos dos encargos resultantes de ser proprietário de habitação social. Estas são portanto as contradições que encontramos na epígrafe.

Ainda relativamente à habitação social no município. Qual o destino das verbas que o município arrecada não só com as rendas mas também com as próprias vendas das propriedades? Servirá este dinheiro ou deve servir uma lógica de renovação e valorização e até investimento em parque social de habitação ainda para mais neste tempo tão difícil para os portugueses.

Chamamos atenção ainda para dois pontos. O mercado social de arrendamento. Basta uma simples consulta que é um elemento referido neste documento, basta uma consulta rápida na internet e rapidamente se percebe que este mercado não existe em Aveiro. Pelo menos não existe de acordo nem do ponto de vista dos valores, nem do ponto de vista das localizações, nem do ponto de vista do número de fogos destinados a esta situação. O mercado social de arrendamento, teremos de o dizer, é manifestamente insuficiente e desfasado das necessidades da população de Aveiro.

Terminava com esta chamada de atenção. No edificado da habitação social aveirense e posso citar aqui os bairros sociais da Quinta do Griné, quer bairro de Santiago, são muito visíveis os sinais exteriores de degradação e ainda temos notícias de degradação interior nomeadamente do ponto de vista das canalizações, da rede elétrica, entre outras situações. Cremos que estas situações devem ser resolvidas e gostaríamos de ouvir portanto a opinião da Câmara sobre isto. Obrigado.”

Vogal António Neto (BE)²⁰²

Vogal Maria da Luz (JPA)²⁰³

Vogal Arminda Correia (CDS)²⁰⁴

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:²⁰⁵

“O Senhor Presidente disse “estamos na Quaresma”. E como estamos na Quaresma, nesta quadra vamos discutir aqui hoje para aprovar a reforma política da Ação Social para o Município de Aveiro. A Ação Social faz-se com atos. E quanto a isto temos visto muito pouco!

A Ação Social abrange uma imensidade de áreas e é obrigação da Câmara pugnar para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos e não criar instabilidade social.

Hoje discute-se em Aveiro muito o valor da pagar do IMI. Não é oh, é IMI. Houve quem pagava em 2013 trinta e seis euros e hoje vai pagar trezentos q quarenta e cinco em casas com 50 anos que precisavam de ser reparadas! Estes valores são indignos. Socialmente, numa democracia, é vergonhoso.

Senhor Presidente os aveirenses vão ficar mais pobres. O Senhor Presidente pode não ter muita culpa, mas não se tem vista nada a fazer para criar melhor qualidade de vida aos cidadãos que cada vez estão mais carentes socialmente.

Há pessoas que não têm dinheiro para pagar este aumento tão exagerado. Pessoas que estavam à espera para dar um melhoramento nas suas casas, mas além disso o senhor também sabe o que aumentou as Taxas.

Para se fazer Ação Social só se consegue com sentimentos e sensibilidade. Faz-se muita política, muita demagogia e muita publicidade enganosa.

Existe no terreno um baixo assinado contra o exagero e gravidade do aumento do IMI. Este abaixo-assinado não é mais que uma manifestação do direito à indignação. Vamos esperar com alguma esperança pela resposta do Senhor Presidente. Esperamos que não lave as mãos como o outro. Obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)²⁰⁶

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:²⁰⁷

“As minhas primeiras palavras vão para os Senhores Vereadores Doutora Raquel e Doutor Jorge Campino, e também para a equipa do CLASA e saúdo a Câmara Municipal de Aveiro.

De facto está aqui um trabalho notável. Um diagnóstico que para quem não ache, abrange todos os problemas do concelho e é um bom instrumento de trabalho fundamental para que a Câmara consiga definir o seu plano de ação. Para que todas as instituições que estão no terreno que conhecem melhor que qualquer um de nós, ajudem em parceria esta Câmara a resolver os problemas social. E ninguém espere que se resolvam todos os problemas porque todos os dias problemas novos hão-se surgir.

E queria dizer também o seguinte. As pessoas, as famílias com dificuldades têm o direito de exigir melhor e mais ação social. Não tenho qualquer dúvida disso. As pessoas têm o direito de exigir contrapartidas à autarquia. Porque estão numa habitação social e acham-se no direito de exigir tudo e mais alguma coisa e que tudo deve ser dado de mão beijada e não é assim.

As coisas não podem ser assim porque quando se exige alguma coisa à autarquia também se têm de dar alguma coisa à autarquia. É preciso saber zelar por aquilo que têm em mãos. Nós temos exemplos de apartamentos em bairros sociais do nosso concelho em que simplesmente de um dia para o outro uma das paredes do apartamento vem abaixo! Sem pedir autorização à Câmara, enfim. Nós temos exemplos de apartamentos que foram ocupados, foram desocupados, aquilo enfim, sem perguntar coisa nenhuma, sem pedir autorização à Câmara. Nós temos exemplos de apartamentos que foram ocupados, foram desocupados, e penso que a lixeira municipal tem melhores condições para se habitar. Nós temos pessoas carenciadas de todas as condições sociais. Temos gente muito boa nos bairros sociais, mas infelizmente também temos tristes exemplos de civismo nos bairros sociais.

Este regulamento de habitação social penso que é abrangente a todos os níveis. Não podemos esquecer que o ultimo regulamento que está em vigor é de 2007. Já não é só adaptação da lei regulamentar, mas também porque todos os dias surgem dados novos. Por vezes a Lei não contempla e esses regulamentos têm de ser aos poucos atualizados. Se calhar daqui a dois

três anos estamos aqui a reformular este regulamento, não sei. Mas se isso for uma necessidade estaremos cá com toda a certeza.

Queria dizer ainda o seguinte em relação à passagem da renda mínima para cima. Durante estes anos todos não houve atualização. E a atualização de 2008 coloca a pergunta, será que o facto de não haver atualização de rendas não é uma questão de injustiça social. Então e aquelas pessoas que considerando oito anos desde que fizeram a candidatura tinham as suas dificuldades, mas agora a vida correu-lhes bem e já não têm, e continuam a tirara o lugar se calhar a outras que precisam mais? E as pessoas que na altura pagavam uma renda mais baixa e agora podem pagar muito mais e não o estão a pagar? E aquelas pessoas que estão em habitação social e têm um bom carro à porta? E tem um bom telemóvel de última geração, e tem um bom plasma dentro a sala. Há casos desses, não se estejam a rir!? É preciso que a Câmara tenha um instrumento de trabalho fundamental que fiscalize e que reponha alguma justiça social. Já agora, para os mais esquecidos e para terminar a reforma da ação social é um dos pilares base da coligação desta governação. E portanto para os mais esquecidos apenas fica esta nota.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:²⁰⁸

“Senhor Presidente, penso que as intervenções anteriores todas comungam e também me quero associar ao trabalho e do mérito do trabalho dos funcionários responsáveis pela elaboração do diagnóstico social. Aliás, não é por mero acaso que o mesmo mereceu aprovação por parte do Conselho de Ação Social. É de facto um trabalho meritório que se espria em quase 200 páginas e que permite ter o retrato social do concelho. É certo que estamos acima da média nacional o que obviamente também era expectável, padecendo no entanto de alguns problemas que são comuns ao país, nomeadamente a diminuição da população do concelho e o seu envelhecimento.

São obviamente realidades que cumulativamente nos devem preocupar e estão aliás plasmadas no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social que procede à definição dos elementos estruturantes.

E quero também registar que a apreciação que faço sobre o plano de ação que concretiza em 2015 através da identificação dos problemas que estão identificados no diagnóstico e priorizados no plano de desenvolvimento social das ações que são desenvolvidas em 2015 são igualmente satisfatórias.

Mas ao mesmo tempo acho que há questões que devem ser debatidas e o Senhor Presidente da Câmara deve partilhar connosco algumas informações, nomeadamente quando um dos objetivos é o da inserção dos mais carenciados e do combate ao seu desenraizamento, fico com perplexidade como os aveirenses viram o encerramento do Colégio Alberto Souto. É óbvio que não é uma responsabilidade da Câmara, mas o que pergunto é se os responsáveis por esse encerramento, que conduzirão a dificuldades acrescidas para o desenvolvimento social e familiar de quem já nas suas vidas se depara com muitas adversidades, pergunto se foi comunicado à câmara municipal ou se pura e simplesmente foi confrontado com essa decisão.

Relativamente aos regulamentos que submeteram para votação tinha duas questões relativamente ao Fundo de Apoio a Famílias, sendo criado um fundo qual é o montante expectável para a constituição do fundo e qual é a origem das receitas que irão criar esse fundo e, portanto, esse pedido alguém também já o terá colocado. E Senhor Presidente há aqui uma questão que me despertou alguma perplexidade mas que eu penso que a não haver uma justificação eu proporia desde já a sua supressão. É no artigo sétimo “condições de acesso” este fundo assume uma natureza complementar e o universo a quem se destina é quase ao nível da indigência, pois estamos a falar de beneficiários com 40% do IAS ou

valores inferiores à pensão social de velhice. Ora, o artigo sétimo, número um, coloca como condição de acesso a este apoio extraordinário não possuir dívida a qualquer título à autarquia. Quando um dos propósitos é exatamente no artigo quinto a participação no pagamento da renda, basta ver que haja alguém que esteja com dificuldades no pagamento da renda em atraso não consegue ser ilegível para receber um apoio. E portanto proporia a supressão dessa incongruência.

Quanto ao Regulamento de Habitação Social, nós temos plena consciência do universo de situações que se suscitam nesta matéria, e globalmente poderia tecer alguns considerandos, mas é evidente que confio naqueles que tem a responsabilidade de gerir estes parque habitacional e que estas soluções preconizadas foram as entendidas como as mais convenientes. Mas com duas observações que aparentam contradição. Quer dizer, quando na exposição de motivos se refere que uma razão pelas quais se utiliza este regulamento é porque é pertinente regulamentar matéria que não estavam regulamentadas, designadamente a alienação do fogos, a menos que esteja a ler mal, relativamente à alienação dos fogos só está presente um artigo que não regulamenta nada! Ou seja, é uma mera previsão habilitante, não regulamenta nada ao contrário que na exposição de motivos refere.

E há mais uma questão que não prejudica, mas que terá de ser alterado manifestamente, que é no artigo 55.º no que refere à contagem dos prazos são aplicáveis as constantes do artigo 72.º do CPA, obviamente que não foi tomado em consideração que daqui a 7 dias temos um novo CPA cujo artigo 72.º, não é este. E portanto ou se suprime a referência ao artigo ou então tive o cuidado de ir ver é o 87 no novo Código. Portanto esta alteração é que tem de ser feita sobre pena de a muito curto prazo termos de fazer essa revisão.

Portanto eram estas as considerações e pedidos de esclarecimento que colocava. Muito obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[209](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. Parece que estamos...parece não, tenho a certeza, até porque tive o cuidado de estudar o documento e penso que será um documento que será um bom instrumento de trabalho para a nossa Câmara Municipal, nomeadamente na grande problemática que é a ação social.

O nosso município tem graves problemas sociais, todos os dias estão a aparecer novas situações, novos problemas não só nos bairros sociais. Infelizmente não estão concentradas todos as problemáticas sociais nos bairros sociais — era muito mais fácil se assim o fosse. Infelizmente falo em nome de uma freguesia em que há pouco estávamos aqui a fazer uma leitura de gráficos (a minha freguesia a freguesia de Esgueira) é a freguesia mais jovem, tem mais crianças e tem mais jovens adultos do concelho. E desde há um ano para cá, em que temos uma Técnica Social na freguesia, temos cerca de sessenta casos já identificados. Portanto não é só nos bairros sociais e não estamos a falar de casos de bairros sociais. Estamos a falar de casos da porta ao lado, estamos a falar do centro da freguesia, estamos a falar de casos que são na freguesia.

Portanto parece-me que é muito mais abrangente esta problemática social que reduzi-la aquilo que são os bairros sociais.

Parece-me que este documento é um documento que responsabiliza em muito o município. Responsabiliza-nos também a todos porque será um instrumento de trabalho e quando falo em todos falo em todos enquanto freguesias também, enquanto munícipes, e enquanto cidadãos. Porque de facto transmitir só a responsabilidade a outro é muito fácil, quando eu se calhar estou ao lado e fazer chegar estes instrumentos que podem, e depois dum trabalho de quase dois anos, neste trabalho de rede que trabalha bem, já há aqui uma grande preocupação em que as coisas passem um pouco para o conhecimento de todos para que

assim seja mais difícil poder fugir a algumas situações que acontecem sempre. Há sempre alguém que tenta usar e abusar da solidariedade e da bondade do outro, sempre assim será. Mas este documento é de facto um documento muito importante nomeadamente até para colmatar um pouco esta problemática que vai aparecendo de alguém duplicar até os próprios apoios. Vivemos de facto em toda a sociedade momentos de grande emergência social. Parece-me que de saudar esta importância e esta preocupação deste executivo na elaboração deste documento.

Portanto, desde já os meus parabéns pelo documento e também pelo diagnóstico que poderá aqui ter algumas lacunas, mas que serão normais. No seu todo parece-me um belíssimo documento e um instrumento de trabalho fantástico para este trabalho de ação social. Muito Obrigada.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[210](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. Eu devo dizer Senhor Presidente que o facto de nos termos de estar aqui a discutir o ponto dois me choca. E choca-me na medida em que isso significa que a democracia que tanto propalamos esta muito longe de se encontrar realizada. De facto é inaceitável que em 2015 nós continuemos a necessitar de garantir ao nível que neste momento é obrigatório, a intervenção para evitar que os nossos concidadãos morram de fome, morram por falta de medicamentos, morram de doenças contraídas pelas más condições de vida que têm.

Mas procurando ser realista, esta é a situação em que nós nos encontramos e todos nós temos responsabilidade nessa matéria, todos nós somos cidadãos com direitos cívicos, todos nós votamos, todos nós temos quem nos representa, todos portanto de forma direta ou indireta, escolhemos a forma como conduzimos o país, como gastamos o dinheiro, como recolhemos o dinheiro, como fazemos a redistribuição da riqueza. Constatando que não há nenhuma varinha de condão que possa alterar a situação presente, não quero deixar de me associar a todos aqueles que constituem a maioria das intervenções realizadas, que olharam para os documentos que temos na nossa presença, e felicitar a Câmara Municipal de Aveiro e em particular a Doutora Raquel Madureira e o Doutor Jorge Campino, e os técnicos e as pessoas todas com quem trabalharam, pela abrangência do documento, pela qualidade do documento, e pela qualidade das soluções propostas. Eu como tenho grandes preocupações com esta matéria não posso deixar de lhes agradecer profundamente este trabalho e de esperar que ele possa de alguma forma conduzir dentro das limitações próprias do município e obviamente das limitações financeiras, possa de alguma forma ter uma maior justiça e uma maior equidade.

Devo reforçar a intervenção dos Senhores Presidentes de Junta de Glória e Vera Cruz e de Esgueira, no apelar para a necessidade do trabalho no terreno porque no momento em que nós nos encontramos só através da utilização intensiva do princípio da subsidiariedade é que nós poderemos identificar todos os focos de real pobreza que se encontram por ai na cidade. Muito em particular aqueles que se constituem por pobreza encoberta cada vez mais abundante no nosso país e no nosso concelho.

Portanto eu espero que na colocação em prática dos regulamentos e dos documentos que hoje aqui estão a ser discutidos e certamente serão aprovados, nessa aplicação prática que de facto se possam utilizar as entidades que estão próximas das pessoas que mais necessitam. Não é no sentido da fiscalização, mas no sentido da ajuda, no sentido da identificação dos problemas e no sentido de ajudar quem nós podemos ajudar na mobilidade social que é necessária e que por ser necessária e desejável torna absolutamente importante que não haja soluções assistencialista definitivas, mas que hajam soluções de ajuda que permitam às

peças abdicarem de receberem a contribuição que o município e as instituições lhes facultam.

Por esse caminho eu penso que a Câmara Municipal e todos nós temos muito a lucrar se tentarmos envolver a sociedade civil. Eu tenho tido a sorte de viver em locais onde a participação da sociedade civil na eliminação dos problemas económicos e sociais tem sido determinante para a superação desses problemas.

Penso que é altura de regressarmos a tempos onde eramos mais, bastante mais, ativos nessa matéria do que somos hoje. Regressarmos a tempos onde não havia exclusividade da parte institucional de a, b, ou c, mas onde todos nós podíamos contribuir para exterminar este flagelo que é a discriminação social que existe na base da pobreza e das condições de vida que muitos dos nossos concidadãos têm. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:²¹¹

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Algumas notas sobre as questões que colocaram. Filipe Guerra, há duas ou três questões que são importantes. Aliás, o Filipe Neto Brandão também focou essa questão. o Regulamento do Fundo de Apoio às Famílias não exclui ninguém. As pessoas, independentemente de viverem onde viverem podem estar abrangidas pelo Fundo — e não é por estarem dentro dos bairros sociais que não podem ou vice-versa. Há uma universalidade. Depois há, obviamente, as questões do rendimento, entre outras, que estão no regulamento, mas não tem a ver, em caso algum, com estar ou não estar nos bairros sociais. E há também um pressuposto muito importante para que o instrumento venha a ser eficiente que é a tal complementaridade deste instrumento com outros instrumentos. Hoje há, de facto, uma diversidade enorme de instrumentos. Um dos objetivos que temos na rede, já foi discutido, já foi até aprovado, o Protocolo para que a intervenção seja integrada é haver concertação entre os atores e haver complementaridade entre os vários instrumentos. Esse é um pressuposto absoluto e, portanto, este instrumento será usado sob a liderança da Câmara, mas com a devida articulação no Conselho, nomeadamente pelo núcleo executivo técnico que existe para fazer o trabalho de base profissional.

Não vamos levar os apoios ao Conselho, como é óbvio, mas há um núcleo executivo composto por alguns técnicos de algumas das instituições para poderem gerir as operações todas, normalmente esse atendimento social integrado e a Câmara Municipal colocará a gestão deste instrumento debaixo dessa ambiência porque se não corríamos o risco alto de não conseguirmos a tal complementaridade e virmos outra vez jogar o jogo das sobreposições e da falta de coerência. Isso, obviamente, não queremos e ninguém quer.

O Filipe Guerra e também o António Neto foram a uma outra questão. Eu vou deixar estas questões dos dogmas da direita e da esquerda porque, de facto, isso é uma coisa bafienta, é uma conversa que não faz sentido nenhum. E, portanto, vou passar ao lado disso tudo. O que está dito está dito e bem dito, chega do “uns são melhores e os outros são piores”, não vale a pena andar com isso, mas vamos à tal eventual contradição nos considerandos, que nós consideramos que não há contradição nenhuma.

O princípio da habitação social é um princípio de apoio temporário enquanto houver uma carência de capacidade de um indivíduo ou de uma família de aceder a um bem tão importante para a vida quanto é a habitação.

A verdade da prática é que isto não é assim. O português e outros povos latinos temos uma propensão brutal para a propriedade ou para nos apropriarmos, no sentido do uso, até ao fim da vida, daquilo que nos passa pela nossa vida e de passar de pais para filhos.

Temos isto, é da nossa cultura, para o seu lado bom, que existe, e também para o seu lado mau que também existe. Não vou estar aqui a contar muitos casos, se não passávamos muito tempo a contar casos, mas ainda há dias, para só pegar num, uma nossa inquilina, que não

precisa de estar na casa para nada, se nós lhe aplicarmos linearmente as novas regras, vai pagar um valor muito alto. Mas vai pagar um valor muito alto corretamente porque tem dinheiro, na sua estrutura de rendimento, que chegue, e sobra muito, para pagar esse valor muito alto. Fomos dizer-lhe, com todo o jeitinho e elegância, aliás trata-se de uma pessoa de formação superior, portanto também elegante e que conversou connosco com toda a elegância, fomos tentar explicar-lhe que ela podia ir ao mercado da cidade arrendar um fogo, seguramente bem melhor do que aquele onde está, e libertar habitação social para, no âmbito do concurso que estamos a preparar de fogos que estão livres e de alguns que vão ser qualificados com pequenas intervenções, e fomos dizer-lhe isso, que ela pode ir ao mercado, nós até podemos dar uma ajuda, buscar um fogo bem melhor do que o dela a pagar menos. E ela entendeu tudo... mas há uma coisa que ela não quer fazer na vida que é mudar de casa. Aquela é a casa dela, é o ninho dela, ela tem as coisas no sítio que gosta, afeiçoou-se ao sítio e às pessoas e não quer sair. Portanto, quando nós fazemos este exercício nós, sinceramente, não gostamos dele mas é o exercício da verdade. De facto, o tal princípio de que este apoio, nesta área da habitação, é temporário não tem uma aplicação prática, vou dizer assim, relevante. Embora na prática não tenha nenhuma aplicação. O esforço que as pessoas fazem de assegurar a sua transmissão para filhos ou para pessoas à guarda, que temos vários casos, é enorme porque, de facto, o tal princípio tem uma aplicação, eu não vou dizer zero, porque não temos a noção de tudo, da história toda, mas tem uma aplicação muito pouco relevante. Muitas vezes há um conflito no gestor que é 'o que é que eu estou aqui a fazer'? Eu estou a gerir o quê, em nome de toda a gente? Porque estes fogos não são de ninguém, são de toda a gente, a Câmara apenas é gestora deles. O que é que eu estou aqui a fazer porque, de facto, o apoio que eu estou a dar àquele cidadão é injusto, porque este cidadão podia estar autonomizado num mercado que hoje, além do mais está bem melhor do que estava há meia dúzia de anos, e eu poder pegar naquele fogo e ajudar quem precisa muito de ser ajudado. Só que este mecanismo é muito difícil de concretizar. Portanto, esta tal contradição que vocês referenciaram e que está cá, está cá porque tem que estar cá porque a gestão da coisa exige que nós tenhamos esta capacidade de acolher coisas que, parecendo contraditórias, e são em relação aos princípios, na aplicação prática nós temos que ter esta capacidade.

É evidente, julgo que foi o Filipe Neto Brandão que falou depois na forma como se regulamenta a alienação, pusemos aí o que é mínimo. Quando se decide que se vai alienar, há aqui uma pessoa que se sinalizou e que está interessada, vamos embora vender, a partir dessa decisão, é só preciso que o regulamento o diga, e diz, temos que fazer a avaliação, temos que ver quanto é que aquilo vale, temos que levar à Câmara a decisão de vender, e vender. É um procedimento que não precisa, nem pode, estar aqui; é um procedimento normal das regras de fazermos a alienação com pressupostos de avaliação, etc. Estes são os mecanismos que estão cá para nos permitirem gerir estas situações que temos em mãos. Há uma coisa que o Filipe Guerra referenciou e que é muito importante, e dizendo, obviamente, com clareza embora não com total clareza. O que é que temos feito ao dinheiro das rendas que temos recebido estes anos todos? Vou falar de números grosseiros, num valor total que ronda os trezentos e trinta mil euros, para já tenho uma dívida acumulada de meio milhão e depois, por outro lado, tenho um não recebimento na casa dos trinta por cento desse valor, anualmente. Mas mesmo assim ainda recebemos mais duzentos e quarenta a duzentos e cinquenta mil euros por ano. O que é que temos feito a este dinheiro? Onde é que ele está? Porque é que a obra que a Dra. Maria da Luz falou, das colunas montantes, não foi executada? Porque é que há tantos arranjos da nossa responsabilidade, porque é preciso lembrar que há arranjos que são da responsabilidade dos utilizadores, o desgaste regular não é responsabilidade do senhorio é responsabilidade do inquilino, é preciso ajudar e estamos a ajudar as pessoas a entenderem aquilo que é da nossa responsabilidade e aquilo que é responsabilidade do utilizador. O que é que nós fizemos ao dinheiro todo durante estes

anos todos? De facto, deixámos atingir um nível de degradação que em muitas situações é tão evidente que se vê de fora, não é preciso entrar. Mas quando se entra vemos, em várias situações, não em todas, não é assim em todo o lado, mas às vezes vemos dentro coisas que são bem piores do que se vê por fora.

É evidente, Filipe, que isto não se aplica ao Griné. Nós no Griné só temos quatro fogos, o dono maioritário, ali é o INUH. Nós temos aqui um parceiro importante, todo o trabalho que estamos a preparar de qualificação está a ser feito em parceria com o INUH que é um proprietário importante, mas que também padece de algumas doenças como nós temos padecido, nomeadamente uma que vários de vocês falaram que é a falta de acompanhamento no terreno. As nossas equipas deixaram de acompanhar os nossos inquilinos há muitos anos. E uma regra absolutamente fundamental é o acompanhamento regular, acompanhamento presencial na casa das pessoas, não é estar na Câmara, na cadeira, a receber quem pede audiências. Não. É um acompanhamento regular de aparecer, de bater à porta, de estar, de conhecer, de interagir. A Câmara deixou de fazer isto há muitos anos. Já estamos a fazer, vamos fazer mais, de forma planificada, articulada com parceiros, como está aqui um parceiro importante a gerir o nosso maior bairro que é Santiago, mas isto é fundamental, porque sito de ação social de secretária ajuda a dar o resultado que temos. E não é só o resultado financeiro, é o resultado social. De facto é fundamental a relação de proximidade, o conhecer, para que as ações, desde logo quando pensamos nos projetos, tenham uma aplicação prática com alguma consequência. Isso é absolutamente fundamental, se não temos uns projetos excelentes, bem pensados, muito bem-intencionados, mas tem um desajustamento de tal ordem em relação à realidade que o seu nível de consequência é muito baixo. Foi uma das notas que deixámos como compromisso na discussão no CLASA é trabalharmos muito mais e muito melhor em equipa, que a rede funcione mesmo, para que no somatório das intervenções nós possamos ser mais consequentes. Este é um compromisso absoluto que está assumido e agora temos todos que ter capacidade para o conseguir executar. E há uma outra dimensão, que o Filipe também falou, e que é o mercado social de arrendamento. Está claro que ninguém vai construir mais habitação social, não há dinheiro para isso, não há fundos de financiamento para isso, nada. Agora há uma nova atitude que julgo que é crescente de disponibilidade para as pessoas viverem em casa arrendada. O mercado habitacional está a ser estimulado e os produtos financeiros que vamos ter no quadro do Portugal2020 vão estimular ainda mais a reabilitação e o arrendamento social no mercado normal, que depois tem que ter a mão da Câmara, de instituições da Rede, para depois os facultar a quem precise, sob responsabilidade de uma destas entidades, esse é um passo muito importante que temos que dar e que vamos dar também no quadro da tal nova política de desenvolvimento urbano que vai ter instrumentos muito interessantes para os privados fazerem investimento de reabilitação e fazerem investimentos de arrendamento. Essa é, seguramente, uma frente positiva que vamos ter para usar para tratarmos desta frente tão importante da habitação.

Só uma nota adicional àquilo que disse o António Neto que o Fundo deveria ser permanente e que deixa muita gente de fora. Não. Nós não achamos que o Fundo deixa alguém de fora e que deva ser permanente. Os apoios sociais devem ser pontuais, a ação social deve ajudar os indivíduos a estruturarem a sua vida para se autonomizarem, sabendo que há situações de certa tipologia de características sociais que exigem abordagens permanentes. Mas nas abordagens permanentes os instrumentos são geridos pelo Estado, pela Segurança Social, é aí que eles estão, é aí que eles têm que estar e nós queremos que estejam. As nossas são complementares. Relembro que a intervenção social no nosso país é competência da Administração Central, as ações da Administração Local e mesmo de alguns privados são ações complementares e/ou contratualizadas. A permanência de apoios tem uma residência num outro sítio, num outro tipo de apoios que não este tipo de fundos de base municipal.

Dra. Maria da Luz, de facto, como disse, o trabalho do diagnóstico foi um trabalho muito complexo. Aquilo que se pretende é ter uma boa grelha e é ter um bom mecanismo de atualização da informação para quando atualizarmos, daqui a três anos, não tenhamos uma trabalhadeira de fazer totalmente o inquérito. Aquilo que se está a implementar são mecanismos de atualização regular. Três anos é muito tempo e fazer uma operação destas de raiz é um exercício muito complicado. Há uma instalação de capacidade para conseguirmos manter regularmente atualizado o diagnóstico com o trabalho da Rede para que a fluidez dos fluxos de informação possam funcionar bem e nós tenhamos essa segurança. Muitas vezes alguns números, pelo ano que têm ou pela forma como foram conseguidos, não nos dão aquela segurança que todos queremos quando temos um diagnóstico. Há uma consciência de que é preciso melhorar estes mecanismos para termos uma fotografia mais real possível e a capacidade de agir sobre a realidade real e não sobre uma realidade que vai estando distorcida pelo facto da forma como a cadastrámos não estar feita em condições. Quanto aos montantes e aos procedimentos simples, de acordo com o regulamento, com deliberações de Câmara para atribuir os apoios, os apoios serão alvo de deliberação de Executivo Municipal, o montante, como nós gostamos de dizer, nesta fase, é o montante que for necessário. Não há histórico, é o montante que for necessário sabendo que dois mil e quinze será seguramente um ano zero, dois mil e dezasseis será o nosso ano um completo. Portanto, é preciso ter esta interação. Criarmos aqui um limite de cinco mil ou de cinquenta mil, não teria sentido nenhum porque não temos qualquer referência para fazermos uma dotação, portanto o valor que está no Orçamento é o valor que está, não interessa nada, queremos é que o instrumento seja complementar e útil. Assim sendo, a sua utilização definirá o seu montante.

Peço desculpa, à bocado estava a pensar apanhar esta ideia da Dra. Maria da Luz e depois não fechei. Uma das estratégias que temos ponderada para ser executada é parecida com aquela que estamos a gerir na nossa operação marítimo-turística nos Canais. A receita proveniente da operação tem como destino gerir a operação, destino primeiro. É evidente que queremos ter primeiro, pelo menos estamos a lutar para ter, um pico de investimento no que respeita à intervenção social, tirando proveito dos fundos comunitários, mas a nossa lógica básica é que a receita que provém da gestão da habitação social nós não a queremos tirar para alimentar coisa alguma da actividade municipal que não a intervenção nos próprios fogos, nos próprios bairros, quer em ações de natureza material, quer em ações de natureza imaterial, e que isso seja o montante mínimo referencial.

Há aqui uma atitude de não olharmos outra vez para daqui a uns anos e dizermos 'afinal os trezentos mil da renda, onde é que estão outra vez?'. Não. Eles têm que estar aqui; é um dos estímulos que tentamos dar às pessoas que optaram por não pagar, que é muito injusto comparando com aqueles que têm pago, «onde é que está o meu dinheiro se o meu bairro está com o problema a, b, c, d, no meu fogo ou no jardim aqui do bairro, etc». A nossa lógica básica é esta: que as pessoas sejam cumpridoras e que o nosso compromisso seja o de devolver, não no sentido direto para o rendimento de quem o partilhou, mas no sentido global da ambiência social ser qualificar, usando aquele instrumento. É o mesmo princípio que usámos para a operação marítimo-turística, em que os duzentos e cinquenta mil euros que as empresas pagam são para investir como valor mínimo na promoção, na qualificação da base de operação daquela actividade. Este é um princípio que nós queremos colocar em execução sabendo que temos aqui primeiro, e esperemos conseguir, que conseguir essa capacidade, embora tenhamos que arranjar os quinze por cento da participação nacional para fazermos esse pico de investimento com base nos programa que já vamos conhecendo do Portugal2020.

João Barbosa, em relação à questão do IMI eu sei que há muita expectativa sobre o IMI. Iremos falar disso, mas hoje estamos a falar de questões sociais. Mas deixar claro e

cristalino. Ponto um, o IMI não é gerador de problemas sociais no nosso Município. Ponto dois, situações como a que relatou de uma pessoa que pagava trinta e seis euros e vai pagar trezentos e quarenta e cinco, apenas trinta por cento do aumento respeita à nossa responsabilidade.

Esse cidadão, se apenas fosse a decisão da Câmara e da Assembleia Municipal de ter aumentado a taxa de zero três para zero quatro, esse munícipe, em vez de trinta e seis euros passava a pagar cinquenta euros. O valor adicional tem a ver com outras coisas que aconteceram na vida do cidadão, na vida do imóvel em causa respeitante à condição jurídica da sua propriedade ou ao facto de poder ter tido uma reavaliação.

E depois há ainda uma outra questão relacionada com o facto do valor ter sido tão baixo e ter sido tão baixo durante tantos anos. Porque, de facto, por muito mal que a casa esteja, trinta e seis euros por ano é um valor anormalmente baixo. Mas deixar claro que o aumento que deliberámos e que está a levar os nossos cidadãos a pagarem mais trinta por cento do aumento é da nossa responsabilidade. Há gente que tem trinta por cento de aumento, há gente que tem muito mais. Quem tem muito mais algo aconteceu na vida, nomeadamente mudança da condição jurídica da propriedade, processo de reavaliação que foi feito recentemente ou processo de harmonização que estava tamponado pelo limite dos setenta e cinco euros de crescimento anual.

A responsabilidade de cada um dos aumentos é para quem os tem, nós temos uma responsabilidade que é a responsabilidade do aumento dos trinta por cento. Além do mais, estamos em fase pré-eleitoral e, portanto, os candidatos que apresentem as suas propostas de revisão da lei que enquadra aquilo que é o IMI. Há um outro processo muito importante, só para lembrar, que é o processo que está em desenvolvimento da revisão dos coeficientes de localização.

E lembrar que melhoramentos em casas não pagam taxas! Não vale a pena agora exagerar. Os melhoramentos em casas, de vária condição, não pagam taxas. Os melhoramentos interiores ou exteriores não pagam taxas. Não vale a pena estarmos a arranjar problemas onde eles não existem. O tal Governo, ou os Governos, o actual e o anterior que inventaram os licenciamentos zero e um conjunto de pequenas obras não passíveis de licenciamento, em regra, têm taxa zero ou pagam uma pequeníssima taxa administrativa por questão processual. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a levantar falsos problemas, as questões são o que são e não vale a pena agora transformar isto no «eu não posso agora melhorar a minha casa, pintar a fachada ou não sei o quê, porque vou pagar uma taxa». Não vale a pena estar a exagerar. As coisas são o que são e não aquilo que alguns andam a tentar dizer por aí. Nós vamos informar os cidadãos, dizer a verdade e assumir as nossas responsabilidades com toda a lealdade para com toda a gente, como não podia deixar de ser.

Agradecer ao Presidente Fernando Marques que nos tem ajudado bastante neste tipo de trabalho, de percebermos bem o que é que temos na mão e de que forma é que podemos somar as competências que temos para termos uma ação mais consequente que é aquilo que todos queremos. Ter uma ação mais consequente somando as competências que temos no terreno. Tendo como exemplo aquilo que o nosso Presidente referenciou em relação à cooperação, vamos seguramente tê-la como um dos instrumentos para sermos mais consequentes no resultado final deste trabalho.

Dr. Filipe Neto Brandão deixar claro que não houve qualquer diálogo com a Câmara sobre o encerramento do Colégio Dr. Alberto Souto, soubemos como toda a gente soube. Podemos depois compreender, não compreender, saber que se fechou aqui porque há capacidade de recebimento noutras unidades. As explicações estão dadas, V. Exa. ainda por cima conhece-as bem, mas a Câmara em nada foi envolvida nisso. Estamos agora envolvidos num processo que nos preocupa bastante que é o destino da infraestrutura física para que ela não caia em maus usos ou em usos não relevantes. Esse trabalho já o iniciámos, até de forma concertada

com o Presidente David Paiva Martins num trabalho que temos feito articuladamente com a Junta de Freguesia de Aradas.

Quanto ao artigo sete do fundo nós não o lemos assim. Ponto primeiro, não pode ser de outra maneira, as pessoas não podem ter dívidas. A nossa leitura é que alguém que tem dificuldade em pagar, antes de ter uma dívida, acede ao apoio. Quando se cai nessa situação nós queremos fazer acordos; nós temos que limpar um passivo de quinhentos mil euros. Estamos a desenhar um programa para limpar um passivo de quinhentos mil euros e queremos acordar com toda a gente o destino dessa dívida, para que, na prática, ninguém tenha dívidas, que toda a gente tenha, em cima dessa dívida, um plano de pagamentos para nós deixarmos de falar ou de chamar em dívida. É este o princípio. Agora, quem tem dívidas, quem não quer honrar os seus compromissos, com certeza que nós não podemos tratar de forma igual com aqueles que cumprem. Mas o princípio é termos um mecanismo que ajude quem precisa para cumprir as suas responsabilidades, obviamente sempre numa perspectiva inclusiva e não numa perspectiva de excluir seja quem for.

Em relação à nota que o Filipe Neto Brandão deu eu pedia ao nosso Presidente da Assembleia Municipal que pudéssemos aceitá-la e que no artigo cinquenta e cinco fosse retirado o número do artigo e deixássemos apenas «nos termos do Código do Procedimento Administrativo», porque, de facto, as dinâmicas legislativas são o que são. Portanto, eu propunha que nós acolhêssemos a sua sugestão tirando o artigo, para que, havendo novas mutações num futuro próximo, estivesse sempre bem.

Presidente Ângela, agradecer tudo o que disse, em meu nome e em nome dos Srs. Vereadores envolvidos neste processo, mas dizer o seguinte. Nós não concordamos que o Município esteja em momento de grande emergência social. Não concordamos. Nós temos que ter uma abordagem realista, abordamos a realidade, todos juntos resolvemos os problemas ou, pelo menos, diminuímos a sua dimensão, mas termos um grande problema de emergência social nós não podemos concordar. Que há situações de grande emergência social, sim. E vamos todos juntos, como deu exemplos, e tantos exemplos temos para dar, tratar dessas situações; a Rede existe, a Rede funciona e que remos que ela funcione melhor e resolva melhor, é esse o nosso empenho. Agora, olharmos para o nosso Município e dizermos que temos uma situação de grande emergência social nós não concordamos, porque achamos que essa não é a nossa realidade objetiva.

Ao Prof. Henrique Diz, quero agradecer muito a sua reflexão e a profundidade da abordagem. Esta nossa exaltação, a cada um de nós cidadãos e a nós todos portugueses, para podermos cuidar deste tempo próximo da nossa democracia para fazermos muito melhor do que aquilo que fizemos nos tais mecanismos de solidariedade, de equidade, de, no fundo, sermos mais capazes de nos ajudarmos uns aos outros e, muito especialmente, ajudarmos aqueles que por alguns motivos da vida não conseguiram estruturá-la e aceder a patamares razoáveis, não quero dizer mínimos, de bem-estar para usufruto deste dom extraordinário que é viver. Agradeço muito; acho que a sua reflexão nos toca a todos e temos que pegar nela e estimularmo-nos para podermos alcançar resultados de nível bem mais elevado nestes próximos anos, do que aqueles que conseguimos alcançar até aqui.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Membros da Assembleia

Vogal Maria da Luz (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[212](#)

“Era ainda para dizer Senhor Presidente, que embora o montante do fundo às famílias ainda não esteja definido, continuo a insistir que era bom que estivesse. Porque mesmo que não saiba as exigências daquilo que são as necessidades, neste momento certamente que o

trabalho não começou do nada. Há muita coisa em acumulado e é já possível definir pelo mesmos um valor para o criar e isso era importante.

Queria também dizer, para pegar nas suas últimas palavras, é que realmente não temos uma grande emergência social neste município, porque sempre houve um trabalho continuado, feito com um historial e que tem um acumulado de situações que se iam tentando resolver. Mas está muito incompleto e muito inacabado. A atualização dos dados também é constante, e certamente que aquelas equipas que trabalham na ação e na habitação social são realmente estruturantes neste sentido. Mas não só elas, lógico.

Queria também lembrar que se a estratégia tem como resultado em vista o reutilizar aquilo que são as rendas para utilização direta no edificado, pois é muito escasso. Se este trabalho é importante e estruturante para aproveitamento de instrumentos financeiros do Portugal 20-20, acredito que sim e isso é crucial e essencial.

Há aqui um outro aspecto que não se voltou a falar e que é muito importante. Falasse hoje muito em governança. Que é isso da governança que não o cruzar dos vários domínios e ser uma forma transversal a tudo o que é os diversos sectores e os diversos domínios do trabalho municipal.

E mais uma vez gostaria de reforçar que neste trabalho de diagnóstico faltou esse aspecto.

Não se vê aqui cruzamento com as outras áreas, nomeadamente do empreendedorismo, da empregabilidade. O desemprego subiu. Em janeiro o desemprego subiu, Em fevereiro voltou a agravar, já são 14,6 por cento. Não se vê aqui nada a cruzar as outras questões como as questões da cultura, as questões do desporto, as questões da formação profissional, que são cruciais para se dar resposta.

Falta o trabalho de complementaridade para se dar resposta àquilo que são as carências sociais. E se não houver um trabalho dessa forma não se consegue obter realmente um tal resultado que se esperaria. Acho que há aqui lacunas, como lhe digo mais uma vez, este tipo de caderno merecia uma reunião exclusiva para ele. Mas pronto, de qualquer forma estamos no bom caminho. Obrigada.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[213](#)

“Senhor Presidente, eu gostava de o informar que na minha intervenção não disse só isso. E eu na minha intervenção tive o cuidado de dizer que a culpa não foi só do Senhor Presidente da Câmara no IMI. O que eu disse foi que em termos sociais o Senhor Presidente da Câmara poderia ter feito alguma coisa porque tem condições para isso. Esqueceu-se de dizer que o aumento substancial que houve foi porque o governo, que é do seu Partido retirou a cláusula de salvaguarda e com isso fez que subisse.

Mas o Senhor Presidente, com as suas condições e diz que consegue muita coisa, pelo menos podia ter feito alguma coisa para que isso não acontecesse.

E quanto àquilo que eu disse do aumento de Taxas eu queria referir-me e era bom que o Senhor Presidente ouvisse o que eu vou dizer agora. Quando eu falo no arranjo das casas e ao aumento das Taxas, eu quero referir-me é que para arranjar o espaço exterior de um prédio há a ocupação do espaço público pelos andaimes. E é aí que eu falo no exagero que uma pessoa paga para poder fazer um melhoramento. A Doutora Raquel está a rir mas nestas coisas é bom ter sensibilidade. Era aí que eu falava e que eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara me disse-se “não pagam”.

E quanto àquela coisa da justificação que o Senhor Presidente deu dos trinta e seis para os trezentos e quarenta e cinco e se as pessoas vivem pior ou melhor, vou responder como o Senhor Presidente da Câmara responde muitas vezes “se quiser saber a verdade convoca-me ou eu vou ter consigo e explico-lhe”.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:²¹⁴

“Estamos aqui à procura, entre as nossas memórias do valor que está no orçamento... são sessenta mil euros. Deixo só aqui uma reserva que não estamos com uma segurança absoluta nesse valor. Mas temos este valor referenciado, que também estava referenciado no próprio ATU, nos mecanismos de construção do ATU. Embora o número que interessa é o número que for necessário. Queremos desenhar bem o instrumento, colocá-lo a funcionar bem na tal lógica de complementaridade, se chegarmos ao fim e gastarmos cinco gastámos bem e ficamos satisfeitos, se gastarmos cinquenta gastámos bem e ficamos satisfeitos, não é essa a questão. Estava só a querer responder, não queria fugir da resposta objetiva. Mas com toda a clareza digo que temos esse número de referência.

Em relação à outra segunda questão. Tem toda a razão, mas nós aqui quase que teríamos de ter um plano de ação social com tudo. Porque questões da empregabilidade, do empreendedorismo, são absolutamente fundamentais. A cativação de investimento industrial, etc., é fundamental. Nós não acreditamos no aumento da qualidade do nível de coesão social sem aumento do contributo da actividade económica; nós não acreditamos nisso. Mas para isso tínhamos de ter aqui um tratado. Há aqui um diagnóstico, um plano de desenvolvimento social, não é muito estrito porque ele, relembro, é lacto, mas obviamente que não vamos aqui colocar tudo; faria sentido mas a lógica que se assumiu é outra. As questões que referenciou são importantíssimas para dar o contributo direto para que nós tenhamos uma performance melhor. As empresas que estão a fazer investimentos poderão a criar postos de trabalho novos, podem ir buscar gente ao Centro de Emprego, gente que se está a formar no Centro de Formação, obviamente que elas são fundamentais para tirarmos gente da pobreza ou da antecâmara da pobreza. Nós centramos muito aí o nosso trabalho, num dos filões importantíssimos, para nos ajudar, parcialmente, a resolver este problema.

João Barbosa, as taxas dos andaimes têm de ser pagas; não é dos andaimes, é da ocupação da via pública. Mas há muita obra que não precisa de ocupar a via pública. Quanto aos nossos encontros são sempre úteis e frutíferos para a governação e, portanto, continuaremos a conversar sobre todas as matérias ou a trocar os emails de chamadas de atenção, aos quais sempre damos a máxima atenção.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação o Ponto 2.4 - Apreciação e votação do Regulamento do Fundo de Apoio a Famílias, sendo o mesmo aprovado por maioria,²¹⁵ com trinta e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS8+JPA4), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Continuando, colocou à votação o Ponto 2.5 - Apreciação e votação do Regulamento de Habitação Social, sendo o mesmo aprovado por maioria,²¹⁶ com trinta e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS8+JPA4), uma abstenção (PCP1) e um voto contra (BE1).

Os restantes documentos (2.1-Diagnóstico Social 2014; 2.2-Plano de Desenvolvimento Social 2015-2017; 2.3-Plano de Ação 2015; e 2.6-Regulamento Interno do CLASA) foram apreciados pelo plenário.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):²¹⁹

“Querida apenas pedir que a intervenção do PCP neste ponto dois ficasse em acta.”

Vogal António Neto (BE):²²⁰

“O Bloco neste ponto 2.4 o Bloco absteve-se na aprovação deste regulamento porque entende ser mais positivo algum apoio que nenhum apoio. O Bloco afirma perante esta Assembleia que somente com uma verdadeira ação social e mudança do paradigma social e com extinção da pobreza se dá um caminho a seguir.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,²²¹ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária Março.

Eram 23:30 horas do dia 30 de Março de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)